



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CDH 2025

MISSÃO :

***INSPIRADO NOS VALORES FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA,
VISLUMBRANDO UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E JUSTA, O CDH TEM POR
MISSÃO A DEFESA DA VIDA, CONTRA A VIOLÊNCIA!***

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Atividades compreende o ano de 2025 que inicia no dia 20 de janeiro e encerra no dia 20 de dezembro de cada ano. Para a população tanto brasileira quando mundial o ano de 2025 foi muito desafiador, com pautas pesadas, principalmente no aspecto “feminicídio e violência contra as mulheres”, conflitos armados, entre outras.

No Brasil tivemos muitas mortes de mulheres por feminicídio e o Estado de Santa Catarina conseguiu visibilidade nacional dentre os Estados com grande número desse tipo de crime. Por outro lado, na proteção de crianças e adolescentes, uma personalidade se destacou em âmbito nacional por combater a adultização de crianças nas redes sociais, trata-se do influenciador Felca, que movimentou discussões e dessa forma um grande alerta se mostrou presente, avançando e movimentando as leis brasileiras.

O racismo, a misogenia e a xenofobia também foram praticados no Brasil em grande escala e também em Santa Catarina, exponenciando o Estado a um patamar de difícil convivência pacífica entre a diversidade cultural que comporta o país, enfraquecendo a república federativa no direito humano de ir e vir.

Todas as atividades praticadas para combater os temas acima e outros, estão contidas neste relatório de 2025 por áreas, ou de acordo com as demandas por urgência e também *on line* via canal no youtube, que além de acompanhar e interagir na data da apresentação, ainda poderá ser acessado para ouvir em qualquer momento.

Este documento serve como um direcionamento para consultas no site da entidade www.centrodireitoshumanos.org.br que é o principal veículo de comunicação, onde são mostradas as atividades ao longo do ano, em forma de artigos, matérias de jornalismo informal alternativo; serve também como uma devolutiva à sociedade que busca na entidade subsídios para contextualizar uma forma de valorizar a vida.

FICHA INSTITUCIONAL

Diretoria Colegiada:

Nasser Haidar Barbosa - Coordenador Geral

Irma Kniess - Diretora Financeira

Ana Lúcia Martins

Daniel Tomazzoni

Gabriel Tambosi Neto

Guilherme Migliorini

José do Nascimento

Luiz Gustavo Assad Rupp

Valdete Daufemback

Conselho Fiscal:

Mareli Pfuetzenreuter

Valmor Tomelim

Vilmar Rebello

Assessorias:

Cynthia Maria Pinto da Luz (Assessoria Jurídica)

Lisete Freitas Vargas Ellmer (Assistente Administrativo do CCJ)

Lizandra Carpes (Jornalista Voluntária)

Nasser Haidar Barbosa (Assessoria Psicológica)

ENTIDADES PARCEIRAS

O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz comporta na sua estrutura física, de forma direta, o Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, mantido por projeto próprio, o qual atua nas políticas públicas voltadas ao Sistema Prisional. O CDH também dá suporte e apoio aos Movimentos Sociais, Coletivos e organizações que promovem a valorização da vida, e que lutam por políticas inclusivas. Há também outras entidades que, apesar de não estarem na estrutura física e não dependerem do CDH, têm ações conjuntas na defesa dos direitos humanos. Elencamos a seguir:

- Centro de Estudos Bíblicos – CEBI, Ecumenismo;
- Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, atua no Sistema Prisional;
- Fórum de Mulheres de Joinville, atua por políticas públicas para a mulher;
- Fórum da Saúde; atua na defesa do SUS;
- IELUSC, convênio com a faculdade de Psicologia;
- IFSC;
- Igreja de Confissão Luterana do Brasil – ICELB, atua no Ecumenismo;
- Mitra Diocesana de Joinville – atua no Ecumenismo
- Movimento por Políticas Públicas de Migração;

- Movimento pela Moradia e Regularização Fundiária; ➤ Movimento Passe Livre; atua na defesa do Transporte Público;
- Movimento Pinte e Lute;
- Núcleo Nise da Silveira que atua na luta antimanicomial;
- Núcleo Ecumênico de Joinville – atua pró ecumenismo religioso e contra a intolerância religiosa;
- Pastoral Carcerária de Joinville, atua na assistência às pessoas egressas do Sistema prisional, presas e famílias de pessoas presas;
- Pastoral da Criança;
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTE;
- Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville – SINSEJ.

ÍNDICE

1. Assembleias, Encontros e Reuniões: CDH, MNDH e CEDH	09
2. Moradia	19
3. Segurança Pública: Ações do CCJ	24
4. Programa de Acolhimento Social – PAS	30
5. Participação do CDH no Controle Social	32
6. Sugestões de Mídias	35
7. Ações no Aniversário da DUDH	38
8. Sustentabilidade Financeira	42
9. Eventos com apoio do CDH.....	44

PLANEJAMENTO

O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz, desde a sua fundação, todos os anos antes de iniciar as atividades ao público, exceto em caráter de urgência, reúne sua Diretoria Colegiada e Assessorias para discussão e elaboração do planejamento anual. As atividades listadas no Planejamento Anual do CDH ficam abaixo do que realmente realizado, pois todas as demandas que chegam por meio do Programa de Acolhimento Social - PAS, ultrapassam o cronograma planejado, além de pautas fora da cidade e estado que, de forma ampla, movimentam as políticas públicas como por exemplo: migração, moradia e xenofobia. O PAS mede a aplicação e eficácia das políticas públicas no município, estado e país e é uma ferramenta dinâmica das demandas da população para a obtenção dos mais diversos direitos. O programa citado atende de fevereiro à dezembro e faz inúmeros encaminhamentos, mas isso não quer dizer que todos os problemas acolhidos são prontamente solucionados, pois isso depende das políticas públicas de todas as esferas de governos e suas efetividades nos direitos solicitados e encaminhados.

Há ainda as pautas dos Movimentos Sociais e Coletivos que também incrementam a agenda do CDH, além de outras que em nível nacional e estadual também se fazem necessárias quando os direitos reverberam em todas as regiões do país e estado, exemplo, o machismo e a violência contra a mulher; saúde pública; privação de liberdade; racismo, homofobia, entre outras.

1. ASSEMBLEIAS, ENCONTROS E REUNIÕES - CDH, MNDH, e CEDH

1.1 Assembleia Geral:

Para cumprir o Estatuto Social do CDH, no mês de março ocorre a Assembleia Geral Ordinária, em data proposta e escolhida pela Diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária são convidadas as pessoas filiadas da entidade.

A nova diretoria colegiada, após empossada na Assembleia Geral Ordinária, inicia uma série de encontros mensais e também via youtube para debater temas específicos que de acordo com as demandas no Balcão de Direitos Humanos. A nova direção e conselho fiscal continuam sendo coordenados pelo psicólogo Nasser Haidar Barbosa, que atua na entidade há mais de quinze anos. O psicólogo é um atuante defensor de direitos humanos, professor, especialista em saúde mental e uma liderança reconhecida em nível nacional.

Todos os eleitos estão devidamente registrados em ata da Assembleia no Cartório de Registro Civil de Joinville. A ata e os documentos do Centro dos Direitos Humanos de Joinville podem ser acessados na Secretaria e site da entidade.

O CDH é uma Organização da Sociedade Civil (OSCs) que trabalha na defesa e promoção dos direitos e bens comuns. Atua em parceria com movimentos sociais, entidades, sindicatos, lideranças populares e partidos políticos na luta por um mundo com igualdade de direitos. Fundado em 11/03/1979, são 46 anos de atuação ininterrupta, em busca de justiça social.

O Centro dos Direitos Humanos, na Assembleia Geral Ordinária, observa a disponibilidade dos membros da sua diretoria, assessorias e pessoas filiadas, para acompanhar, participar e dar suporte às ações e manifestações dos Movimentos Sociais, além de dar os encaminhamentos necessários para as demandas recebidas pelo PAS no Balcão de Direitos Humanos, onde as atividades são diárias.

1.2 Reuniões:

As reuniões no ano de 2025, aconteceram na sede da entidade, Rua Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, 660, presencialmente, ou de forma híbrida, sempre respeitando a disponibilidade de data acordada por seus membros do Colegiado, a partir do mês de março.

1.3 Prêmio Joinville Faz Bem: Categoria : Antonietas

No dia 29/04/2025, a advogada do Centro dos Direitos Humanos de Joinville, @cynthiamarialuz , participou do jantar de premiação do "Joinville faz Bem", da NSC TV. Cynthia concorreu à indicação "Antonietas": mulheres que fazem história com seu trabalho, luta e dedicação. Ela ganhou com mais de 73% dos votos.

Cynthia é uma inspiração na luta por direitos humanos e constrói uma história no CDH de Joinville com garra, idoneidade e compromisso. Parabéns por representar tão bem a causa dos que lutam por direitos humanos.



A advogada Cynthia Pinto da Luz foi contemplada com o Prêmio Joinville Faz Bem, da NSC TV, na categoria Antonietas, dentre várias categorias. A advogada Cynthia é viúva, tem 65 anos e atua na defesa de direitos humanos desde que se formou em Direito pela Univali, em 1983. Foi casada com o advogado trabalhista Chico Lessa, falecido em 2015 e tem uma filha, a advogada Petra Lessa.

Cynthia nasceu em Itajaí e desde lá iniciou sua carreira assessorando os movimentos sociais e entidades de defesa de direitos humanos. Esteve presente nos atos pela reconstrução da UNE, no combate à ditadura militar e no apoio aos movimentos pela redemocratização do país.

É advogada do Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz, aqui de Joinville, desde 1989, conselheira do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e, juntamente com outros defensores e defensoras de direitos humanos, milita em favor da dignidade humana, da defesa de direitos e pela construção de uma sociedade com consciência crítica e verdadeiramente democrática.

O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz, com 46 anos de existência é uma das organizações de direitos humanos mais antigas existentes no país. Foi fundado em março de 1979, juntamente com o Padre Luiz Fachini, pároco da Igreja Cristo Ressuscitado do bairro Floresta e outras lideranças sindicais e políticas da época, muitas delas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBEs).

No início da década de 80 surgiram as primeiras greves operárias e as ocupações de áreas urbanas em Joinville e o Centro, com apoio do Monsenhor Boleslau da Paróquia do Boa Vista, consolidou sua atuação em defesa da vida até os dias de hoje. Em sua assembleia de fundação estiveram presentes figuras ilustres como Dom Paulo Evaristo Arns, o governador Luiz Henrique da Silveira e o presidente Lula.

A entidade atua na defesa de mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes, do direito à moradia, à educação à segurança pública, no sistema prisional e no monitoramento de políticas públicas que atendam às necessidades de todas as pessoas e eliminem as desigualdades sociais e econômicas. Assista: <https://globoplay.globo.com/v/13537553>



1.4 Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH

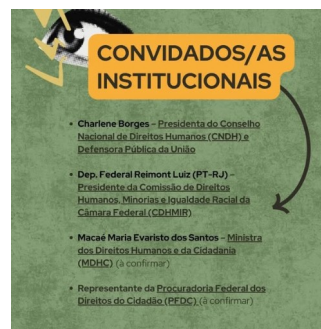
Programação completa do lançamento do relatório “Violações dos Direitos Humanos no Brasil”*, que aconteceu no dia 29 de abril, às 14h, com transmissão ao vivo.



O evento contou com lideranças e representantes dos casos documentados, representantes de organizações de direitos humanos e autoridades públicas convidadas. Um momento de escuta, denúncia, articulação coletiva e divulgação deste novo material importante. Ao vivo nos canais:

- AMDH no Youtube, AMDH no Facebook
- MNDH no Facebook
- PAD no Facebook
- COMIN no Facebook
- FLD no Facebook
- CAPA no Facebook
- CDES no Facebook
- Nascentes da Serra do Salto no Facebook

https://www.youtube.com/watch?v=ApEXqNle_jk...



Live 07/07/2025

Coordenado pela Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH), em parceria com o Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz (CDHMGB) conta com o apoio e colaboração das entidades filiadas ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) em Santa Catarina.

Tem o objetivo de analisar casos emblemáticos de mortes violentas de jovens e adolescentes causadas por força de intervenção policial em territórios pobres da capital e identificar se houve excessos praticados por agentes públicos.

O relatório 'Mortes Violentas Decorrentes de Intervenção Policial na Grande Florianópolis' finaliza apresentando um rol de recomendações às autoridades do sistema de justiça de segurança pública.

Acompanhe o lançamento em SC:

Quando : 07/07

Horário : 19h00

Link do Youtube na bio.

*Acesse o link para ler o relatório na íntegra: (Na bio)



1.5 MNDH: Projeto Sementes de Proteção de Defensores/as de DH

A atividade tem por objetivo aprofundar a proposta de proteção popular de defensores/as de direitos humanos e contribuir com o fortalecimento das estratégias de atuação em rede.

Participam importantes e históricas organizações e movimentos sociais do estado.

Encontro Estadual Sementes II 2025

O MNDH-SC realizou, na noite do dia 12/11/25, o Encontro Estadual Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

Lideranças de entidades importantes do estado catarinense estiverem presentes. Reunimos representantes do Centro dos Direitos Humanos de Jaraguá do Sul; do Centro de Direitos Humanos de Brusque; do FINER de Lages; do Centro dos Direitos Humanos de Blumenau; do Coletivo Memória e Verdade de SC; do Coletivo Araquari Fora do Armário; do ISENTES de Florianópolis; e, do Centro dos Direitos Humanos de Joinville que é a ORT responsável pela gestão do Projeto Sementes II.

O Projeto Sementes de Proteção Popular, em segunda versão, continua a articular a rede de entidades de apoio que atuam na proteção popular de lideranças e militantes criminalizados em razão das lutas travadas em defesa dos direitos de indivíduos e coletividades.

O coordenador nacional do Projeto, prof. Paulo Carbonari, enviou uma saudação às lideranças de Santa Catarina diretamente da COP 30, onde participa representando o MNDH e a FIDH.

O debate analisou o decreto do presidente Lula que criou o Plano Nacional de Proteção de DDDH, as perspectivas do avanço da política pública e o reconhecimento das estratégias de proteção popular que acontecem no país desde o período ditatorial.

O Projeto Sementes II encerra as atividades do ano com um Encontro Nacional na data do aniversário da DUDH, em Brasília. Vida longa ao MNDH-SC.

Projeto Sementes de Proteção Popular Santa Catarina	
Encontro Estadual Sementes de Proteção Popular II • Quando: 12/11 • Horário: 19h00 • Onde: Google Meet	  Para receber o link do meet, realize a inscrição no formulário: https://forms.gle/GzvFYbOXHTJNpJe9 Contatos: WhatsApp: (47) 3025-3452 Email: cdhmg@gmail.com
O projeto Sementes de Proteção Popular de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos continua e manter a rede de apoio conectada é de inestimável importância para a garantia da proteção popular.	



1.6 Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH

O Centro dos Direitos Humanos de Joinville – CDH, é integrante do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH desde a sua fundação. Participa ativamente de todas as pautas e agendas, direta ou indiretamente, como sociedade civil pela garantia de direitos constitucionais e declarados na DUDH.

POSSE DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS - CEDH/SC

Tomaram posse, no dia 15/08/2025, às 14h, na Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (com transmissão ao vivo), os Conselheiros e as Conselheiras eleitas para o Biênio 2025-2027.

O CEDH/SC é composto por Membros e Membras do Poder Público e da Sociedade Civil.

O ISENTES, que já fazia parte do Conselho, foi reeleito e será representado pela Advogada Luzia Maria Cabreira (Titular) e Advogada Daniela Felix (Suplente).

Na mesma ocasião, também foi eleita a Mesa Diretora, que será composta pelas Conselheiras: Luzia Maria Cabreira, Presidenta; Ivone Maria Perassa, Vice-Presidenta; Felipe dos Passos, 1ª Secretária (Representante da Secretaria da Fazenda); e, Fabiana de Souza 2ª Secretária (Representante da Secretaria de Assistência Social).



2. MORADIA

2.1 Vitória da organização popular no dia 14/03/2025

Acordo inicia a regularização fundiária da Ocupação Jardim da Oliveiras

O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça da Braz é amicus curiae na ação de reintegração de posse que tramita na Justiça Federal contra os moradores e moradoras do Jardim das Oliveiras, em Araquari.

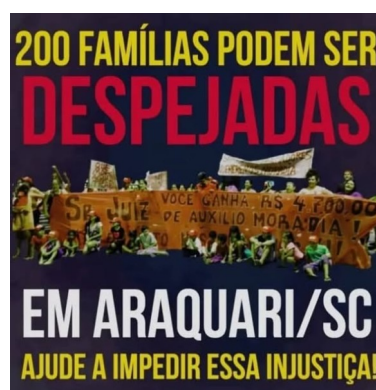
Em acordo realizado no âmbito da demanda judicial, a União (SPU), o município de Araquari e os órgãos do Ministério Público e do Judiciário, selaram acordo que levará à regularização da área e concederá a titularidades dos imóveis para cada uma das famílias que lá residem.

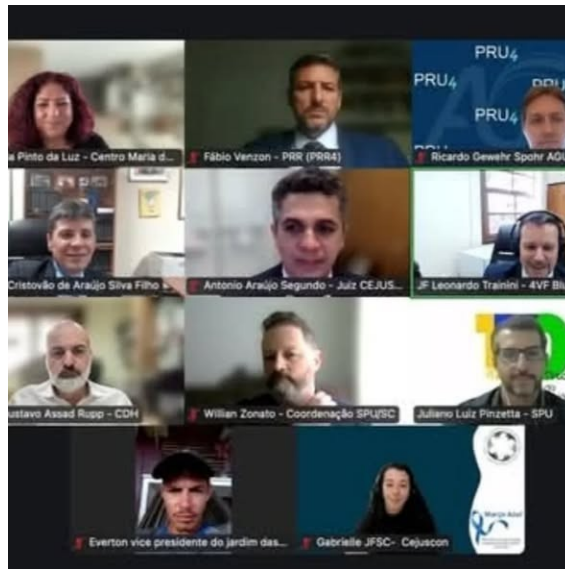
O CDH estava representado pelo advogado Luiz Gustavo Assad Rupp e pela advogada Cynthia Pinto da Luz.

Essa é uma vitória do movimento por moradia, dos movimentos sociais, da associação de moradores e principalmente, advém da capacidade de organização popular que garantiu a resistência até aqui.

Foram muitos os momentos em que o direito à moradia foi ameaçado, violado devido às sucessivas ordens de desocupação. A resistência da comunidade e o apoio político reunido em favor da causa foram essenciais para o resultado favorável à Ocupação do Jardim das Oliveiras.

Grupo Executivo de Conflito Fundiário do TRF 4ª Região, no âmbito da apelação cível n. 5006143-03.2017.4.04.7201.





2.2 Debate: Moradia Justa é Direito!



O Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz convida para um debate sobre os desafios enfrentados por moradores e moradoras dos condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa 1).

Muitos enfrentam dificuldades em arcar com a taxa de condomínio, seja pela falta de renda, pelo endividamento ou até por práticas abusivas de gestão condominial. O resultado tem sido o acúmulo de dívidas injustas e o risco real de perda dos apartamentos em ações judiciais.

Segundo a Defensoria Pública, que acompanha esses casos, é urgente a construção de uma rede de apoio para garantir a efetivação do direito fundamental à moradia.

Convidados(as): Marcelo Scherer – Defensor Público, coordenador do NUHAB; Ana Lúcia Martins – Assessora do deputado Pedro Uczai; Ana Paula Montibeler – Liderança do Residencial Parque Jaraguá Dante Minel (Jaraguá do Sul); Marisol Gonçalves Aragão – Liderança do Residencial Trentino (Joinville); Maria Aparecida Lucca Caovilla – Ouvidora da DPE/SC; Talita Rosa – Jornalista; Luciana Pereira e Sérgio Homrich – Centro dos

Direitos Humanos de Jaraguá do Sul; Nasser Haidar Barbosa – Coordenador do Centro dos Direitos Humanos de Joinville; Cynthia Pinto da Luz – Conselheira nacional do MNDH.



3. SEGURANÇA PÚBLICA: AÇÕES DO CONSELHO CARCERÁRIO DE JOINVILLE - CCJ

3.1 Segurança Pública – Ações do CCJ

O Conselho Carcerário de Joinville – CCJ, cuja sede está localizada na Rua Plácido Olímpio de Oliveira, 660, Bucarein, é uma instituição composta por diversas entidades, regido por estatuto social próprio e diretoria registrada em cartório da Comarca do município de Joinville.

Reuniões: As reuniões do CCJ são realizadas no período vespertino de data acordada no início do ano.

Visitas de Inspeção Prisional: As visitas de inspeção prisional, também está sob a luz da legislação, tanto no seu Estatuto Social, quanto na Lei de Execuções Penais – LEP. As visitas geralmente, exceto por algum contratempo, são realizadas no período matutino do dia da reunião, sempre acordadas com os diretores das instituições penais que fazem parte do complexo prisional de Joinville.

Nas visitas o CCJ e membros da Pastoral Carcerária de Joinville, da igreja católica, que também tem assento no Conselho, seguem protocolos de verificação de instalações e seus serviços pautados na garantia dos direitos humanos, como:

- saúde e imunização
- maternidade e creche (ala feminina)
- segurança alimentar
- trabalho para inserção socialmente

- leitura para remição de pena (Biblioteca)
- condições das celas
- tortura, entre outros itens.

3.1.1 Campanha de Arrecadação de Livros

Anualmente o CCJ faz campanha para arrecadação de livros de literatura para incentivar a leitura e com isso favorecer as pessoas em privação de liberdade com a remição de pena. É importante ressaltar que os livros devem estar em bom estado de conservação.

Para agendar a entrega ou recolhimento de doações de livros é só entrar em contato pelo telefone: (47) 9 9172 – 8881.

3.2 Formação : Pena Justa – 30/06/2025

Pena Justa é um plano nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em colaboração com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para lidar com o estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras.

A iniciativa visa construir um sistema prisional mais eficiente e seguro, com foco na reintegração social de pessoas que foram privadas da liberdade, além de garantir o cumprimento da pena de forma mais justa.

O Conselho Carcerário de Joinville convidou todas e todos a participarem da atividade de formação sobre as perspectivas de implantação do Plano Pena Justa no estado e incrementar a participação social dos Conselhos da Comunidade. Palestrante, Dra. Valdirene Daufemback é natural de Joinville, psicóloga, doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), coordenadora do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) e pesquisadora do Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN) da UNB.

PENA JUSTA EM SANTA CATARINA

O Conselho Carcerário de Joinville convida você para participar da atividade de formação sobre as perspectivas de implantação do Plano Pena Justa no Estado e incrementar a participação social dos Conselhos da Comunidade.

**30 de Junho
19h00
Via Google Meet**



Para receber o link da atividade é necessário realizar a inscrição no forms:
<https://forms.gle/z4EmHWHuzHaNCyxB6>


Valdirene Daufemback é natural de Joinville, psicóloga, dra. em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), coordenadora do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) e pesquisadora do Laboratório de Gestão de Políticas Penais (LabGEPEN) da UNB.

O Conselho Carcerário de Joinville e a Comissão de Justiça e Cidadania da Câmara de Vereadores convidam para a audiência Pública para implementação do Plano Pena Justa. O “Pena Justa”, é plano do Conselho Nacional de Justiça para modificar as prisões brasileiras, com foco na ressocialização e suporte para pessoas egressas, com o apoio da União e da sociedade civil. @cdhjoinville @vanessadarosajoinville @nasser_hbarbosa @victorscheuer



3.3 Pena Justa em Joinville

O “Pena Justa”, plano do Conselho Nacional de Justiça para modificar as prisões brasileiras, com o apoio da União e da sociedade civil foi pautado em 17/09/2025 na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara de Vereadores de Joinville, pelo CCJ.

O objetivo foi apresentar o Plano com a intenção de trazer para o município de Joinville alternativas penais para atenção a pessoas presas e egressas do sistema prisional. Para isso, o “Pena Justa” possibilita implementar por meio de lei, fundos municipais para políticas penais. Esse processo tem início com a apresentação de um projeto de lei que deverá ser sancionado pela autoridade máxima do Poder Executivo municipal.

Estavam presentes na reunião: a presidenta da Comissão vereadora Vanessa da Rosa, o vereador Pelé, conselheiras e conselheiros do CCJ, representados pelo presidente Victor Scheuer, vice presidente a advogada Cynthia P. da Luz, o defensor público Fábio de Castro Thomazini, o Juiz da VEP Guilherme Augusto Portela de Gouvea, o coordenador do Centro dos Direitos Humanos de Joinville Nasser Haidar Barbosa e representante da Secretaria da Assistência Social, Valquíria Backes. Durante o encontro foram unânimes as falas da necessidade de implantar políticas que promovam um novo olhar sobre pessoas encarceradas e a necessidade de reinserção social de egressos do sistema prisional.

A Comissão encaminhará uma audiência pública com os setores envolvidos com o sistema carcerário e o Conselho articulará novas agendas, para impulsionar a implantação do Fundo Municipal de Políticas Penais em Joinville.



O “Pena Justa”, plano do Conselho Nacional de Justiça para modificar as prisões brasileiras, com o apoio da União e da sociedade civil foi pautado na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara de Vereadores de Joinville, pelo CCJ. Confira:

<https://www.conselhocarcerariojle.org.br/pena-justa-em.../>

4. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL - PAS

4.1 Programa de Acolhimento Social - PAS

No meio a tantas portas disponíveis no município, o Programa de Acolhimento Social – PAS do CDH, é a que reflete o desgaste de quem procura por direitos, onde muitas vezes a violação é velada, mascarada por padrões identificados na maioria dos serviços ofertados. Dentre todas as atividades do CDH, as demandas do PAS têm papel influenciador para que todas as outras ações aconteçam, pois o referido programa reflete basicamente a procura por direitos que, em algum momento, foram violados, sem medir a tristeza, o desespero e desesperança para continuar a vida, por parte da pessoa em risco social que ali se encontra.

O PAS perpassa por quase todas as atividades do CDH, pois engloba, racismo, misogenia, LGBTfobia, violência contra a mulher, entre outras formas de violência.

Na Secretaria do CDH encontram-se arquivados todos os atendimentos do PAS, desde moradia às violências e direitos constitucionais violados.

O Programa é uma ferramenta permanente durante todo o ano, exceto nos recessos natalino e no mês de janeiro.

5. PARTICIPAÇÃO DO CDH NO CONTROLE SOCIAL

5.1 Erradicação da Violência contra as Mulheres

O Centro dos Direitos Humanos de Joinville – CDH, participa efetivamente do Fórum de Mulheres de Joinville - FMJ, desde a fundação do referido Fórum, e também do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres. Dentre as ações do CDH no que diz respeito combater a violência contra as mulheres, muitas demandas passam pelo Programa de Acolhimento Social – PAS e essas ações estão inseridas nos mais variados tipos de violência. Podemos citar: violência na maternidade, racismo, enquadramentos na Lei Maria da Penha, violência institucional, vexatória no cárcere e visitas, entre outras.

A violência contra a mulher não é uma pauta isolada, pois quando são negados os seus direitos, efetivamente a mulher fica comprometida. São elas que mais sofrem quando não têm onde deixar filhos para ir trabalhar, no cárcere quando das visitas, são as mães e companheiras que denunciam, que passam por revistas porque são mais assíduas, também sofrem pela falta de moradia, sem contar as violências físicas e psicológicas que enfrentam.

No tema erradicação da violência contra a mulher, a agenda do CDH conta com outras organizações e movimentos para contribuir com possíveis conscientizações da população em geral, seja na participação dos eventos, seja pelos canais de mídias sociais e também na contribuição como palestrantes e/ou entidade convidada. Também o CDH se posiciona contra outras violências contra a mulher, como ocorreu com meninas estupradas e que podem recorrer ao aborto legal, previsto em lei.

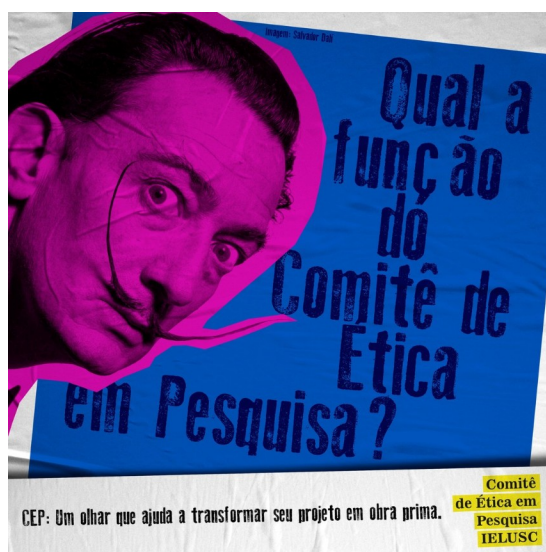
Infelizmente Joinville e Santa Catarina se tornaram visíveis na violência contra a mulher, que terminaram em feminicídios. São muitas mortes noticiadas no decorrer do ano pela mídia catarinense e local.

Para combater toda forma de violência e lutar por melhores políticas públicas no enfrentamento da violência contra as mulheres, entidades, movimentos e Conselho realizam diversas atividades, principalmente no mês de março.

5.2 Comitê de Ética em Pesquisa do Ielusc

No ano de 2025 todas as reuniões ordinárias foram realizadas presencialmente na sede do Comitê de Ética em Pesquisa do Ielusc – CEP Ielusc, situado na Rua Princesa Izabel, 438, centro, no segundo andar do Centro Cultural Deutschle Schule e extraordinárias via “meet” *on line*. O calendário de reuniões está disposto no site do Ielusc. Ao todo são 11 reuniões ordinárias e extraordinárias quando necessárias.

O CEP Ielusc também promove capacitação interna aos membros do Colegiado e também um Seminário no segundo semestre, destinado aos estudantes, professoras e professores e para membros de outros CEPs que queiram participar e se aprofundar, dependendo da temática que é escolhida geralmente nas primeiras reuniões.



A Representante dos/as Participantes de Pesquisa, além de participar das reuniões, conforme regimento do CEP, participou das capacitações interna e também do Seminário.

A página do CEP, site do Ielusc, também conta com todas as legislações pertinentes a pesquisa e a Cartilha da/o Participante da Pesquisa, a qual o CDH representa.

6. SUGESTÕES DE MÍDIAS

6.1 Exibição e debate

No *dia 29 de novembro* realizaremos nosso primeiro encontro aberto, estruturado para exibição do documentário em cartaz e discussão sobre o tema.



O minidocumentário _Tarifa Zero: Cidade em Disputa_ mergulha na rotina de quem atravessa São Paulo todos os dias em um transporte público caro, precário e desigual. Por meio de relatos potentes e de uma análise crítica das políticas urbanas, a obra revela como o sistema de mobilidade reforça desigualdades sociais, raciais e territoriais — enquanto consome tempo, saúde e renda das populações mais vulnerabilizadas.

Mais do que denunciar, o filme propõe: e se o transporte público fosse gratuito? A tarifa zero surge como ponto de partida para repensar a cidade — ampliando o acesso a direitos básicos, enfrentando desigualdades históricas e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa em um contexto de crise climática.

Está em disputa o modelo de cidade que queremos construir: para poucos ou para todos?

Evento aberto e gratuito! O encontro acontecerá no dia *29 de novembro*, às *10h*, no *Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz (CDH)*, em Joinville.

6.2 Recursos Audiovisuais de Pesquisa



O acervo está disponível, mediante cadastro, no site do Acervo Memória e Direitos Humanos da UFSC.

O conjunto documental foi reunido por Derlei Catarina de Luca, vítima da ditadura militar e coordenadora do CCPMMDP. Como primeiro grupo pró-memória do Brasil, o comitê atua em Santa Catarina desde os anos 1990, com influências que ultrapassam o âmbito estadual, gerando articulações nacionais e internacionais em torno do direito à memória e à justiça.

Natural de Santa Catarina, Derlei foi perseguida pelo regime militar e chegou a ser exilada do país.

O acervo reúne aproximadamente 12 caixas de documentos, com mais de mil itens já indexados. Seu tratamento começou em 2022, como parte de um projeto de extensão universitária

Trata-se de uma pesquisa minuciosa, com levantamento de nomes, situações de desaparecimento e outros dados fundamentais. Agora digitalizado, ele amplia o acesso da sociedade, mas é especialmente pensado para atender quem está se aprofundando na temática: estudantes, pesquisadores, autores de TCCs, teses e dissertações”, resume a professora Graziela Martins, coordenadora do GT-acervo.

7. AÇÕES PELO ANIVERSÁRIO DA DUDH

7.1 Dia Internacional das Pessoas Defensoras de DH

Hoje, **9 de Dezembro**, celebramos o

Dia Internacional das Pessoas Defensoras de Direitos Humanos.



Essa data foi criada pela **Organização das Nações Unidas (ONU)** em **1998** através de um documento importante (a Declaração sobre Defensores de Direitos Humanos).

20 ANOS COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

PASSE PARA O LADO →

A Realidade Preocupante no Brasil

○ **Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH)** — rede com 45 organizações e movimentos sociais — aponta que o Estado precisa avançar e aprimorar as ações de proteção de quem defende direitos.

○ **"Dossiê Vidas em Luta"**, publicado em agosto de 2025, analisou o programa federal de proteção: o PPDDH (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas) e viu que a política pública ainda apresenta fragilidades e limites.



PASSE PARA O LADO →

Os Riscos em Números

Dados de estudos recentes (como o "Na Linha de Frente") mostram a gravidade da situação:

- ▶ **486 casos de violência contra defensores** registrados entre 2023 e 2024.
- ▶ **55 pessoas foram assassinadas** nesses dois anos.
- ▶ **Atenção: 80,9% das vítimas assassinadas** atuavam na defesa do **meio ambiente e de territórios** (como líderes indígenas, quilombolas e ribeirinhos).
- ▶ **94% das violências contra defensores ambientais** no Brasil estão ligadas a **conflitos territoriais no Pará.**



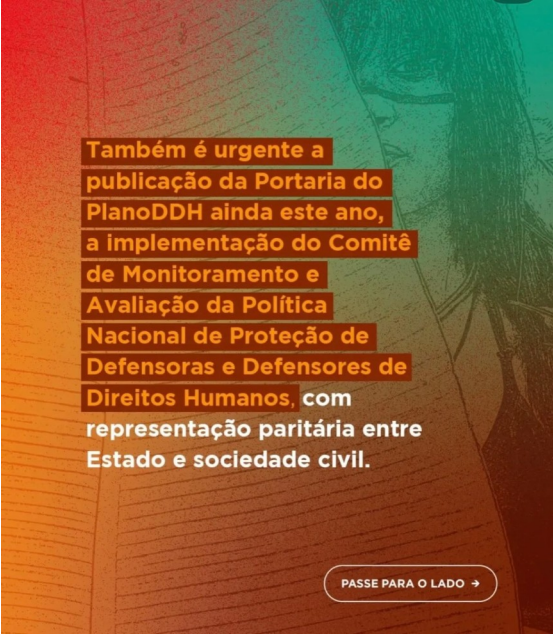
PASSE PARA O LADO →

Apelo Urgente

Diante desse cenário perigoso, o Comitê faz chamado ao Governo Federal neste dia 9 de Dezembro:

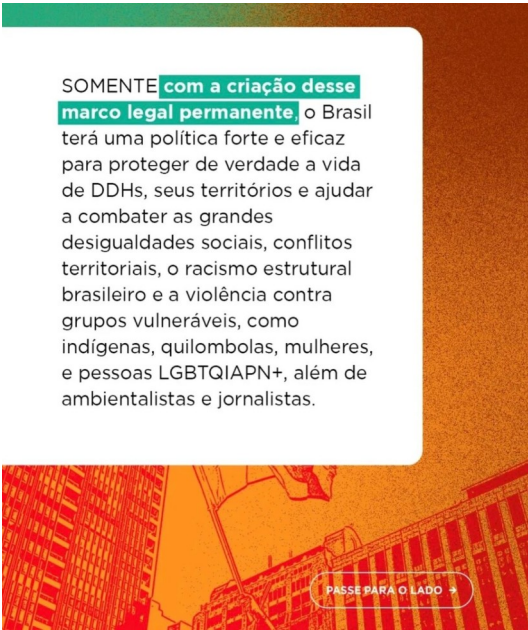
É urgente colocar em prática integralmente o PlanoDDH, construído pelo Grupo de Trabalho (Sales Pimenta). O Decreto Presidencial nº 12.710, apesar de instituí-lo, por si só não garante uma proteção eficiente para defensoras/es.

PASSE PARA O LADO →



Também é urgente a publicação da Portaria do PlanoDDH ainda este ano, a implementação do Comitê de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, com representação paritária entre Estado e sociedade civil.

PASSE PARA O LADO →



SOMENTE com a criação desse marco legal permanente, o Brasil terá uma política forte e eficaz para proteger de verdade a vida de DDHs, seus territórios e ajudar a combater as grandes desigualdades sociais, conflitos territoriais, o racismo estrutural brasileiro e a violência contra grupos vulneráveis, como indígenas, quilombolas, mulheres, e pessoas LGBTQIAPN+, além de ambientalistas e jornalistas.

PASSE PARA O LADO →

7.2 Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH

10 de Dezembro - Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Brasil é signatário deste documento. Nossa Constituição Federal Brasileira de 1988, pauta-se em seus artigos. Diante de tantas dores do povo seguimos em Movimento: coletivo, indignado, atento e forte. De prontidão para a luta na defesa dos Direitos Humanos e forjadas na Utopia de que venceremos toda forma de opressão.



8. SUSTENTABILIDADE

FINANCEIRA

8.1 Filiação ao CDH

Acesse o site e preencha a ficha de autorização! O CDH precisa ter recursos para manter a autonomia da entidade e para poder sempre atuar de forma independente e de acordo com os exclusivos interesses daqueles que defendemos.



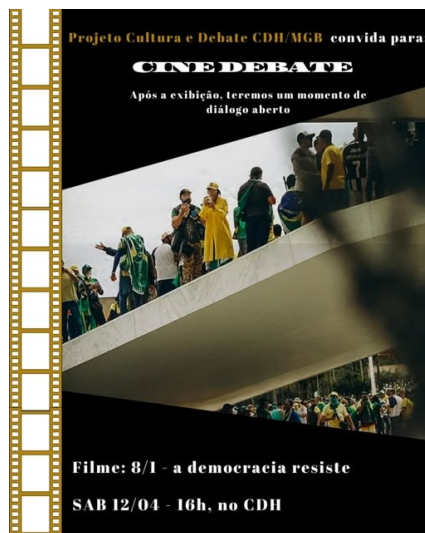
CENTRODIREITOSHUMANOS.ORG.BR

Convênio de Doação com a Celesc | Centro de Direitos Humanos

Utilize o TERMO DE CONVÊNIO DE DOAÇÃO com a CELESC para contribuir financeiramente com o CDH através de descontos em contas de luz, devidamente autorizados, a título de contribuição para a manutenção da entidade.

9. EVENTOS COM APOIO DO CDH





CineDebate – No Other Land 🎬

É com muito carinho que convidamos todas, todes e todos para a primeira atividade da @frentepalestinalivrejoinville! 💖

Vamos assistir juntos “No Other Land”, o filme que conquistou o Oscar de Melhor Documentário, uma obra potente e urgente sobre a realidade do povo palestino. E depois, seguimos para um debate fundamental com o Prof. Luiz Gustavo e o Prof. Dr. José Isaias, abordando tanto as questões políticas do conflito quanto a linguagem cinematográfica e seu papel na construção de narrativas de resistência.

Se você quer entender mais, tirar dúvidas, trocar ideias ou fortalecer a solidariedade à luta do povo palestino, vem com a gente! Seguimos construindo juntos a luta pelo fim do genocídio e do apartheid contra o povo palestino.

A Frente Palestina Livre de Joinville é um espaço aberto, livre e suprapartidário. Se você quer participar, entre em contato! 🌟

📅 Data: 29/03

📍 Local: Auditório Chico Lessa, CDH - Rua Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, 660, Bucarein

🕒 Horário: 17h

🔥 Vem com a Frente Palestina Livre de Joinville!

Do rio ao mar, Palestina livre! 🇵🇸

Frente Palestina Livre Joinville convida:

CINE DEBATE

EXIBIÇÃO DO FILME "NO OTHER LAND", COM DEBATE MEDIADO POR:

 Luiz Gustavo Assad Rupp
 José Isaias Venera



29 de março de 2025 às 17:00
Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Brás

@frentepalestinalivrejoinville

CINE DEBATE
Frente Palestina Livre Joinville

O FILME: **NO OTHER LAND (2024)**



"Sem Chão" retrata as relações conflituosas entre Israel e Palestina sob o olhar de um coletivo de cineastas e ativistas palestino-israelenses. O documentário acompanha Basel Adra, um ativista palestino de Masafer Yatta, que documenta a destruição gradual de sua comunidade pela ocupação israelense. Ele se alia a Yuval, um jornalista israelense, formando uma relação marcada pela desigualdade entre suas realidades.

@frentepalestinalivrejoinville

CINE DEBATE
Frente Palestina Livre Joinville

QUANDO?

**29 DE MARÇO DE 2025
ÀS 17:00**

ONDE?

**Auditório Chico Lessa, no Centro de
Direitos Humanos Maria da Graça Brás**



R. Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, 660 -
Bucarein, Joinville - SC, 89202-450

@frentepalestinalivrejoinville



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades contidas neste documento, são pautas que às vezes são justificadas pela sociedade como “ajudar quem não se ajuda”, ou também “agora tudo é direito”, ou pensar e expressar frases como: “não pode falar mais nada que já é considerado racismo, homofobia e xenofobia”; essas são justificativas que tristemente intensificam as violências e conseqüentemente vão surgindo e naturalizando as violações de direitos humanos. Se não agirmos por amor e respeito, então que nossas ações sejam e cumpram o que está na lei.

É muito importante e necessário deixar claro que o feminicídio em Santa Catarina aumentou muito em 2025, conforme é mostrado constantemente nas mídias, principalmente na NSC Notícias.

É necessário e urgente que todas as violações de direitos humanos sejam estancadas para que a sociedade tenha sua Constituição validada e constatada na prática diária.

É importante que se olhe para cada dor por direitos violados, pois a felicidade e satisfação de cada pessoa melhora a vida do país como um todo.

Espera-se que este Relatório de Atividades sirva de norte para pesquisas e também para que outras entidades de defesa de direitos humanos sintam-se estimuladas a não esmorecer diante das lutas por direitos das minorias. Este documento também é uma forma de devolutiva à sociedade de que o CDH de Joinville acolhe e cobra os direitos constitucionais e declarados na DUDH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Centro dos Direitos Humanos de Joinville www.centrodireitoshumanos.org.br
2. [https/Movimento Nacional de Direitos Humanos \(mndhbrasil.org\)](http://https://Movimento Nacional de Direitos Humanos (mndhbrasil.org))
3. <https://www.ibge.gov.br/>
4. <https://www.gov.br/.../conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>
5. <https://catarinas.info/numero-de-pessoas-sem-moradia-em.../>
6. facebook cdhJoinville.